

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA

CONCURSO PÚBLICO
N. 01/2023

Caderno de Provas

ATENÇÃO: SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

TIPO

4

PROCURADOR MUNICIPAL

PROVA	QUESTÕES
Legislação Estadual e Municipal	1 a 10
Conhecimentos Específicos	11 a 40

INSTRUÇÕES GERAIS

- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro caderno de provas ao fiscal de sala.
- Este caderno contém as provas objetivas, com 40 questões que apresentam quatro alternativas de resposta, das quais apenas uma é a correta.
- Responda as questões no caderno de provas e marque, no Cartão-Resposta, as letras correspondentes às respostas assinaladas no caderno de provas.
- No cartão, as respostas devem ser marcadas com caneta esferográfica de tinta AZUL ou PRETA, dentro dos seus limites e sem rasuras.
- O Cartão-Resposta da prova objetiva é personalizado e não haverá substituição, em caso de erro. Ao recebê-lo, verifique se seus dados estão impressos corretamente; se houver erros, notifique o fiscal de sala.
- O tempo de duração das provas é de 3 horas, a partir do sinal de início, já incluídos nesse tempo a abertura do pacote de prova, a distribuição do material, a leitura dos avisos e a marcação do Cartão-Resposta.
- Você deverá permanecer na sala por, no mínimo, 1 hora após o início das provas e só poderá levar este caderno durante os últimos 30 minutos que antecedem o final estipulado para a prova.
- Reserve, no mínimo, os 20 minutos finais para o preenchimento do Cartão-Resposta. Não será concedido tempo adicional para completar o seu preenchimento.
- Os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala de provas, e serão liberados apenas após o último candidato entregar o seu cartão resposta e os três assinarem o relatório de sala.
- Ao terminar, devolva ao aplicador, separadamente, o Caderno de Provas e o Cartão-Resposta.



LEGISLAÇÃO ESTADUAL E MUNICIPAL

QUESTÃO 01

A Lei Orgânica do Município de Bela Vista estabelece, como competência privativa do Município promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo e do desenvolvimento urbano. As normas de loteamento e arruamento deverão exigir reserva de áreas destinadas a:

I - Zonas verdes e demais logradouros públicos.

II - Zona exclusiva para comércio de produtos do pequeno produtor rural.

III - Passagem de canalizações públicas de esgotos e de águas pluviais.

IV - Vias de tráfego e de passagem de canalizações públicas, de esgotos e de águas pluviais nos fundos dos vales.

Estão corretos os itens:

A () II, III e IV.

B () II e IV.

C () I, III e IV.

D () III e IV.

QUESTÃO 02

É competência comum do Município com a União e o Estado, segundo a Lei Orgânica do Município de Bela Vista:

A () Criar e extinguir cargos públicos e fixar-lhes os vencimentos.

B () Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.

C () Autorizar e fiscalizar as edificações, bem como as obras de conservação, modificação ou demolição que nelas devam ser efetuadas.

D () Instituir o regime jurídico do pessoal.

QUESTÃO 03

Sobre a competência exclusiva da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás é correto afirmar:

A () autorizar o Governador e o Vice-Governador a se ausentarem do Estado ou do País por mais de 10 (dez) dias.

B () escolher cinco membros do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas dos Municípios e aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública, os indicados pelo Governador do Estado.

C () revogar os atos normativos do Poder Executivo, ou dos Tribunais de Contas, em desacordo com a lei ou, no primeiro caso, que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

D () autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimos internos e externos, bem como conceder garantias do Tesouro Estadual em operações de crédito.

QUESTÃO 04

São diretrizes gerais previstas no Plano Diretor Participativo de Bela Vista de Goiás:

I - Garantir a todos os habitantes o direito a cidades sustentáveis;

II - Incentivar e permitir o desenvolvimento de atividades que assegurem o direito a um Município sustentável para as presentes e futuras gerações, adequando-as de forma a garantir o cumprimento e desenvolvimento da diretriz fundamental;

III - Garantir a sustentabilidade social por meio de um processo de urbanização que atenda o interesse social e não a discriminação da população de baixa renda;

IV - Estabelecer normas que regulem o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança, do bem estar dos cidadãos e do equilíbrio ambiental.

Estão corretos os itens:

A () I, II, III e IV.

B () II, III e IV.

C () I, II e IV.

D () I, II e III.

QUESTÃO 05

Sobre a estrutura e organização administrativa do Estado de Goiás, pode-se afirmar como correto:

- A () é garantido aos agentes públicos civis e militares o direito à livre associação sindical.
- B () a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- C () os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- D () a inacumulabilidade estende-se a cargos e funções e abrange autarquias, fundações, excetuando-se, contudo, as empresas estatais.

QUESTÃO 06

Sobre o Poder Legislativo do Estado de Goiás, é correto afirmar:

- A () os Parlamentares Estaduais, desde a expedição do diploma, terão foro privilegiado perante o Superior Tribunal de Justiça, por crime comum, ressalvada a competência das Justiças Eleitoral e Federal.
- B () a Constituição estadual poderá ser emendada mediante proposta dos cidadãos, subscrita por, no mínimo, meio por cento do eleitorado do Estado em dez Municípios.
- C () a Assembleia Legislativa poderá convocar Secretários de Estado de Goiás, bem como dirigentes de entidades da Administração Descentralizada para prestarem, pessoalmente, no prazo máximo de trinta dias, contados do recebimento da convocação, informações sobre assunto previamente determinado.
- D () matéria que consta de proposta de emenda à Constituição estadual rejeitada somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Deputados.

QUESTÃO 07

A Constituição do Estado de Goiás estabelece que é competência legislativa comum entre o próprio Estado, a União e os Municípios:

- A () legislar sobre a instituição de regiões metropolitanas em todo o Estado de Goiás.
- B () combater as causas da pobreza e da marginalização, promovendo a integração das camadas sociais desfavorecidas.
- C () legislar sobre a exploração dos serviços de gás canalizado, de forma direta ou mediante concessão, nos termos da lei.
- D () legislar concorrentemente sobre política de crédito e seguros.

QUESTÃO 08

Sobre a Constituição do Estado de Goiás, assinale a alternativa correta.

- A () As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, destinam-se apenas às funções de direção, chefia e assessoramento.
- B () O prazo de validade do concurso público e dos processos seletivos simplificados será de até um ano, prorrogável uma vez, por igual período.
- C () O servidor ocupante de cargo efetivo na administração direta do Estado de Goiás, eleito para o cargo de deputado estadual, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- D () Os cargos de confiança, exercidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, destinam-se apenas às funções de direção, chefia e assessoramento.

QUESTÃO 09

De acordo com o que dispõe a Constituição Estadual, são objetivos fundamentais do Estado de Goiás:

I - contribuir para uma sociedade livre, justa, produtiva e solidária;

II - promover o desenvolvimento econômico e social, eradicando a pobreza e a marginalização e reduzindo as desigualdades regionais e as diferenças de renda;

III - promover o bem comum, sem qualquer forma de discriminação quanto à origem, raça, sexo, cor, idade ou crença.

Está(ão) correto(s) o(s) item(itens):

- A () I e II.
- B () II e III.
- C () III, apenas.
- D () I, II e III.

QUESTÃO 10

Sobre a Lei Orgânica do Município de Bela Vista, é correto afirmar:

- A () Determina a atuação do município, de forma prioritária, no ensino fundamental, pré-escolar e superior.
- B () Não estabelece como competência privativa do município demarcar e sinalizar as zonas de silêncio.
- C () Não estabelece como competência privativa do município a aplicação de penalidade, por infração às suas leis e regulamentos.
- D () Estabelece que o dia 5 de junho é a data magna municipal.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 11

Caca e Didi querem celebrar um contrato de fiança que esteja em pleno acordo com a Lei Civil Brasileira. Pelo contrato de fiança, uma pessoa garante satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não a cumpra.

Sobre o contrato de fiança e de acordo com o Código Civil Brasileiro é correto afirmar que:

- A () Pode-se estipular a fiança, ainda que sem consentimento do devedor ou contra a sua vontade.
- B () A fiança dar-se-á verbal ou por escrito por se tratar de um contrato não solene, mas não admitindo interpretação extensiva.
- C () A fiança dar-se-á por escrito, admitindo-se a interpretação extensiva.
- D () As dívidas futuras não podem ser objeto de fiança em nenhuma hipótese.

QUESTÃO 12

A “KARIDADE” é uma pessoa jurídica legalmente constituída que atua em Bela Vista de Goiás. Tendo em vista as determinações da Lei n.º 10.406/2002 (Código Civil brasileiro) sobre as pessoas jurídicas assinale a alternativa INCORRETA.

- A () As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
- B () São pessoas jurídicas de direito privado as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas e os partidos políticos.
- C () Decai em cinco anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- D () A autonomia patrimonial das pessoas jurídicas é um instrumento lícito de alocação e segregação de riscos, estabelecido pela lei com a finalidade de estimular empreendimentos, para a geração de empregos, tributo, renda e inovação em benefício de todos.

QUESTÃO 13

Considera-se pagamento, e extingue a obrigação, o depósito judicial ou em estabelecimento bancário da coisa devida, nos casos e forma legais. Do pagamento em consignação a consignação tem lugar:

- A () se o devedor não puder, ou, sem justa causa, recusar receber o pagamento, ou dar quitação na devida forma.
- B () se o devedor não for, nem mandar receber a coisa no lugar, tempo e condição devidos.
- C () se o devedor for incapaz de receber, for desconhecido, declarado ausente, ou residir em lugar incerto ou de acesso perigoso ou difícil.
- D () se ocorrer dúvida sobre quem deva legitimamente receber o objeto do pagamento.

QUESTÃO 14

A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato. Na formação de um contrato a proposta obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso. Deixa de ser obrigatória a proposta também:

- A () se, feita sem prazo a pessoa ausente, não foi imediatamente aceita. Considera-se também ausente a pessoa que contrata por telefone ou por meio de comunicação semelhante.
- B () se, feita com prazo a pessoa ausente, tiver decorrido tempo suficiente para chegar a resposta ao conhecimento do proponente.
- C () se, feita a pessoa ausente, tiver sido expedida a resposta dentro do prazo dado.
- D () se, antes dela, ou simultaneamente, chegar ao conhecimento da outra parte a retratação do proponente.

QUESTÃO 15

De acordo com o Código Civil Brasileiro celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados. Sobre a sociedade em comum:

- A () Os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, podem provar a existência da sociedade de forma verbal, mas os terceiros só podem prová-la de forma escrita.
- B () Os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum.
- C () Todos os sócios respondem solidária e limitadamente pelas obrigações sociais, não prevendo o Código Civil Brasileiro benefício de ordem e nem exceção no caso da sociedade em comum.
- D () Os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, salvo pacto expreso limitativo de poderes, que não terá eficácia de forma absoluta contra o terceiro.

QUESTÃO 16

O sócio retirante responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até:

- A () cinco anos depois de averbada a modificação do contrato, observada a seguinte ordem de preferência: a empresa devedora, os sócios atuais e os sócios retirantes.
- B () cinco anos depois da modificação do contrato social, sem ordem de preferência.
- C () dois anos depois de averbada a modificação do contrato, observada a seguinte ordem de preferência: a empresa devedora, os sócios atuais e os sócios retirantes.
- D () dois anos depois da modificação do contrato social, sem ordem de preferência.

QUESTÃO 17

A declaração da prescrição intercorrente pode ser requerida ou declarada de ofício em qualquer grau de jurisdição. Ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de:

- A () dois anos.
- B () um ano.
- C () cinco anos.
- D () seis meses.

QUESTÃO 18

O Código de Defesa do Consumidor (CDC) regula e trata em alguns de seus artigos, sobre a convenção Coletiva de Consumo: “A Convenção Coletiva de Consumo, as entidades civis de consumidores e as associações de fornecedores ou sindicatos de categoria econômica podem regular, por convenção escrita, relações de consumo que tenham por objeto estabelecer condições relativas ao preço, à qualidade, à quantidade, à garantia e características de produtos e serviços, bem como à reclamação e composição do conflito de consumo”. De acordo com o CDC:

- A () a convenção somente obrigará os filiados a partir da filiação destes as entidades protetivas consumeristas.
- B () a convenção tornar-se-á obrigatória a partir do registro do instrumento no cartório de títulos e documentos.
- C () a convenção produz efeito erga omnes.
- D () a convenção produz efeitos apenas para os interesses individuais.

QUESTÃO 19

A requerimento do consumidor superendividado pessoa natural, o juiz poderá instaurar processo de reapactuação de dívidas, com vistas à realização de audiência conciliatória, presidida por ele ou por conciliador credenciado no juízo, com a presença de todos os credores de dívidas previstas no art. CDC (compromissos financeiros assumidos decorrentes de relação de consumo, inclusive operações de crédito, compras a prazo e serviços de prestação continuada), na qual o consumidor apresentará proposta de plano de pagamento com prazo máximo de:

- A () 5 (cinco) anos a contar da audiência de conciliação.
- B () 2 (dois) anos, preservados o mínimo das formas de pagamento originalmente pactuadas.
- C () 2 (dois) anos a contar da data audiência de conciliação.
- D () 5 (cinco) anos, preservados o mínimo existencial, nos termos da regulamentação, e as garantias e as formas de pagamento originalmente pactuadas.

QUESTÃO 20

De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a responsabilidade civil, é correto afirmar:

- A () A prisão preventiva, em regra, gera responsabilidade civil objetiva para o Estado.
- B () A responsabilidade civil objetiva, em regra, se aplica aos atos dos juízes.
- C () É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil.
- D () Não é possível cumular a indenização do dano moral com a reparação econômica da Lei n.10.559/2002 (Lei da Anistia Política).

QUESTÃO 21

Diogo de Figueiredo Moreira Neto ensina que, para que se vulnere este princípio, basta que se administre mal os interesses públicos, o que poderá ocorrer de 03 modos: “desvio de finalidade”, perseguindo-se interesses diversos dos consignados na lei; “ausência de finalidade pública”; ou “deficiência de finalidade pública”, reveladora de uma ineficiência grosseira no trato dos interesses públicos.

Diante o exposto, fala-se do princípio da:

- A () legalidade.
- B () moralidade.
- C () impessoalidade.
- D () eficiência.

QUESTÃO 22

Não é elemento do ato administrativo:

- A () Competência.
- B () Finalidade.
- C () Motivo.
- D () Imperatividade.

QUESTÃO 23

A ausência do depósito previsto no Art. 15 do Decreto-Lei n.º 3.365/41 para o deferimento de pedido de imissão provisória na posse veiculado em ação de desapropriação por utilidade pública implica em:

- A () julgamento antecipado do mérito.
- B () extinção do processo sem resolução do mérito.
- C () negativa da imissão provisória na posse.
- D () deferimento da tutela provisória.

QUESTÃO 24

São fundamentos da República Federativa do Brasil:

- A () soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, sociedade livre.
- B () cidadania, pluralismo político, valores sociais do trabalho e soberania.
- C () soberania, livre-iniciativa, dignidade da pessoa humana e solidariedade.
- D () soberania, igualdade, cidadania e dignidade da pessoa humana.

QUESTÃO 25

Sobre a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa incorreta:

- A () tornou o racismo e a tortura crimes inafiançáveis.
- B () consagrou de rol de direitos fundamentais.
- C () criou o Estado de Tocantins.
- D () consagrou o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.

QUESTÃO 26

Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

- A () efetuar repasse que supere os limites definidos.
- B () não enviar o repasse até o dia primeiro de cada mês.
- C () enviar o repasse maior em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.
- D () criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

QUESTÃO 27

Sobre o Município, prevê a Constituição Federal de 1988 que:

- A () reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- B () o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 6% (seis por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes.
- C () a Câmara Municipal não gastará mais de oitenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
- D () a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito será no dia 5 de janeiro do ano subsequente ao da eleição.

QUESTÃO 28

Conforme ensina Pedro Lenza, “Dois são os marcos históricos e formais do _____: a Constituição norte-americana de 1787 e a Constituição francesa de 1791 (que teve como preâmbulo a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789), movimento este deflagrado durante o Iluminismo e concretizado como uma contraposição ao absolutismo reinante, por meio do qual se elegeu o povo como titular legítimo do poder”. (LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, pg.68)

Sobre o constitucionalismo, complete a lacuna:

- A () constitucionalismo clássico.
- B () constitucionalismo moderno.
- C () constitucionalismo do futuro.
- D () constitucionalismo contemporâneo.

QUESTÃO 29

Sobre o Acordo de Não Persecução Penal, responda:

- A () pode ser feito mesmo em caso de arquivamento.
- B () o investigado não precisa ser primário.
- C () pena mínima da infração maior que 4 anos.
- D () a infração praticada não pode estar submetida à Lei Maria da Penha.

QUESTÃO 30

Analise as afirmações:

- I - a legitimação fundiária implica expedição de títulos de domínio em área pública ou privada.
- II - a legitimação de posse admite outorga de título passível de ser convolado em propriedade, preenchidos os requisitos do usucapião especial urbano.
- III - a legitimação de posse destina-se somente à regularização fundiária de interesse social de natureza urbana.
- IV - a legitimação de posse pode incidir sobre terrenos de titularidade pública, desde que não abranja edificações, ocupadas ou não.

É certo afirmar que:

- A () Todas estão corretas.
- B () Há somente uma incorreta.
- C () Todas estão incorretas.
- D () Há somente duas incorretas.

QUESTÃO 31

Uma vez citado da execução de título extrajudicial o executado pode apresentar seus embargos à execução. Quanto a esse instituto marque a alternativa correta:

- A () Concedido efeito suspensivo não poderá haver penhora.
- B () Existe a necessidade de autenticação cartorária dos documentos juntados com os embargos à execução.
- C () Nas execuções por carta, o prazo para embargos será contado da juntada, na carta, da certificação da citação, quando versarem unicamente sobre vícios ou defeitos da penhora, da avaliação ou da alienação dos bens.
- D () O exequente será intimado para manifestar-se sobre o preenchimento dos pressupostos do *caput*, e o juiz decidirá o requerimento em 15 (quinze) dias.

QUESTÃO 32

O CPC (Lei n.º 13.105/05) prevê hipóteses de suspensão e extinção da execução, não havendo confusão entre elas. Nesse aspecto a única alternativa correta é:

- A () Extingue-se a execução com o indeferimento da inicial.
- B () quando não for localizado o executado ou bens penhoráveis.
- C () se a alienação dos bens penhorados não se realizar por falta de licitantes.
- D () quando concedido o parcelamento.

QUESTÃO 33

O Capítulo I do Título 3 do Código de Processo Civil é dedicado às regras de competência que decidem em qual juízo serão processadas as causas cíveis. Marque a alternativa que contém uma dentre essas regras.

- A () Sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, ele deverá ser demandado onde for encontrado.
- B () Tendo mais de um domicílio, o réu será demandado no foro de qualquer deles.
- C () Quando o réu não tiver domicílio ou residência no Brasil a ação deverá ser proposta em qualquer foro, independente do domicílio do autor.
- D () A execução fiscal será proposta no foro de domicílio da Pessoa Jurídica de Direito Público.

QUESTÃO 34

Observando que a incompatibilidade determina a proibição total, e o impedimento, a proibição parcial do exercício da advocacia nos termos do Estatuto da OAB podemos dizer que:

- A () O Estatuto da OAB não se aplica aos procuradores municipais.
- B () São incompatíveis os militares de qualquer natureza, na ativa ou reserva.
- C () São impedidos ocupantes de funções de direção e gerência em instituições financeiras, inclusive privadas.
- D () São incompatíveis os membros do Poder Legislativo, em seus diferentes níveis, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.

QUESTÃO 35

Direitos difusos e coletivos são conceitos diferentes, mas, em algumas situações podem encontrar convergências. Dentre as situações abaixo marque aquela que coincide entre esses dois grupos de direitos:

- A () Encontram equivalência com relação à natureza indivisível do bem jurídico, ou seja, seu objeto.
- B () A principal equivalência entre eles reside na titularidade.
- C () Ambos estão ligados por uma relação jurídica base entre o titular ou com a parte contrária.
- D () Em nenhum dos dois casos haverá aplicação no que diz respeito a direitos específicos, como no caso do Direito do Consumidor.

QUESTÃO 36

O imposto, de competência da União, sobre operações de crédito, câmbio e seguro, e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários tem como fato gerador:

- A () quanto às operações de crédito, a sua efetivação pela entrega total ou parcial do montante ou do valor que constitua o objeto da obrigação, ou sua colocação à disposição do interessado.
- B () quanto às operações de seguro, a sua efetivação pela entrega de moeda nacional ou estrangeira, ou de documento que a represente, ou sua colocação à disposição do interessado em montante equivalente à moeda estrangeira ou nacional entregue ou posta à disposição por este.
- C () quanto às operações de câmbio, a sua efetivação pela emissão do documento equivalente, ou recebimento do prêmio, na forma da lei aplicável.
- D () quanto às operações relativas a títulos e valores mobiliários, a emissão, transmissão, pagamento ou resgate do montante equivalente à moeda estrangeira ou nacional entregue ou posta à disposição por este.

QUESTÃO 37

A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado. Se acordo com o Código Tributário Nacional a lei relativa à contribuição de melhoria observará enquanto requisito mínimo:

- A () publicação posterior a execução do memorial descrevendo o que foi feito no projeto.
- B () notificação do montante da contribuição praticada no exercício regular seu exercício do poder de polícia.
- C () fixação de prazo não inferior a 15 (quinze) dias, para impugnação pelos interessados da parcela de absorção da obra a ser financiada posterior a execução do memorial descritivo.
- D () determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição.

QUESTÃO 38

A expressão “legislação tributária” compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes. Sobre a Legislação Tributária está em conformidade com o Código Tributário Nacional que:

- A () serão regidos por normas complementares apenas os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.
- B () os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha.
- C () a legislação tributária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vigora, no País, mas não reconhece extraterritorialidade a normas fora do limite de sua competência.
- D () é de ofício em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente podendo ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

QUESTÃO 39

Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

- A () os pais, apenas pelos filhos menores relativamente incapazes.
- B () os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício.
- C () o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário apenas nas obrigações acessórias.
- D () o síndico no cumprimento da obrigação tributária acessória.

QUESTÃO 40

O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

De acordo com o Código Tributário Nacional as circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade:

- A () não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.
- B () podem ser dispensados, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei.
- C () constitui crédito tributário pelo lançamento apenas por declaração.
- D () são considerados créditos de empenho.

RASCUNHO DO CARTÃO-RESPOSTA
O preenchimento deste rascunho não é obrigatório.

NÃO DESTAQUE ESTE RASCUNHO!

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E MUNICIPAL	01	02	03	04	05
	06	07	08	09	10
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS					
	11	12	13	14	15
	16	17	18	19	20
	21	22	23	24	25
	26	27	28	29	30
	31	32	33	34	35
36	37	38	39	40	

Este rascunho não tem valor legal. Transcreva as respostas no Cartão-Resposta Personalizado.